

**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DE URUSSANGA / SC**

Lei Municipal nº 2.485, de 26 de novembro de 2010.

**ATA N° 014/2024**

# Aos dois dias do mês de julho de dois mil e vinte e quatro, às oito horas, reuniram-se nas dependências no Salão de Atos da Prefeitura Municipal de Urussanga, no Paço Lydio De Brida, número doze, centro da cidade, os (as) conselheiros (as): Vanessa Lopes, Rita Padoin, Andrei Leandro, Adroaldo Luiz Apolinário, Edna Zannin Lopes, Sergio Roberto Maestrelli, Henrique Viana e Silva, Ana Paula Zapelini, Juliane Fontanella e Samuel B. Iladi. Como convidada técnica do conselho Marlene Zanin. Estiveram presentes também, a Diretora de Cultura Maria Alice Batista, o Secretário de Cultura Eriqui Niclele, os Vereadores Odivaldo Bonetti e Ademir Bonomi, Magali Bonetti Mazzucco, representante do Hospital Nossa Senhora da Conceição, Edevaldo Nascimento e Adilço Torete, representantes do Clube do Treze, para a décima quarta reunião ordinária do Conselho Municipal de Política Cultural de Urussanga. Não estando presente e sem justificativa: Archangelo De Noni, Manoela de Souza Fretta. Justificou ausência o conselheiro Henrique Ernesto Godinho Bettiol. A Presidente iniciou a reunião, dando boas vindas aos participantes e agradeceu a presença de todos. Proferiu a pauta: 1- Sanção do PL 08/2024, pelo Prefeito Municipal Jair Nandi; 2 - Debate sobre a PL 06/2024, com a presença de vereadores autores da Lei e Entidades do Parque Municipal; 3 - Apresentação da Diretora de Cultura Maria Alice Batista: 3.1 - Compartilhamento da experiência sobre o início da sua gestão; 3.2 - Andamento das demandas apresentadas nos ofícios nº14/23 e nº 1/24; 3.3 - Planejamento de ações entre conselho e gestão. Seguindo a pauta a Presidente explanou aos presentes que ,com a Lei 3.146 ancionada, que implementa o Sistema Municipal de Cultura, teremos um sistema funcionando operante. Agradeceu a presença do Senhor Prefeito Municipal Jair Nandi, que sancionará a lei acima citada. Deu uma breve introdução do que significa o Sistema Municipal de Cultura e que está sendo adequado as instituições e a legislação de acordo com as diretrizes do Ministério da Cultura para que Urussanga esteja apta a receber recursos do Governo Federal. Enfatizou sobre as leis emergenciais que surgiram durante a Pandemia e que neste momento estamos entrando para a Política Nacional Aldir Blanc II, que virá recursos para o Município durante cinco anos. Deixou claro que, para esse recurso vir para o Município, foi necessário implementar o Sistema Municipal de Cultura. As diretrizes do MINC através do Plano Nacional de Cultura para criação de Conselhos e afins dos Sistemas Nacional, Estadual e Municipal que é escalonado, aconteceu somente em 2012 e o mesmo deu essas diretrizes que teria que ter o Fundo e trabalhar com setoriais. E a Lei Municipal nº 2485, de 2010, não atendia esses requisitos. Em virtude disto foi solicitada a revogação da lei de 2010 e a criação de uma nova legislação para atender essas diretrizes e receber os recursos púbicos. Hoje temos um Fundo de Cultura, uma nova organização do Conselho, a Secretaria de Cultura e o mais importante, vamos ter um Plano Municipal de Cultura, que será decenal, construído com a participação ampla da sociedade civil. A participação da sociedade civil é importante em todos os passos e processos de tudo que for feito com relação a cultura do Município. Esse Plano será criado com metas, diretrizes, plano de ação, modo de aferição e tudo o que for importante. Temos que ter os pés no chão para entender o que está acontecendo e até aonde podemos chegar dentro da nossa realidade, finalizou. A Presidente passou a palavra para o Prefeito Municipal Jair Nandi para que o mesmo sancionasse a Lei do Sistema Municipal de Cultura. Nandi agradeceu a oportunidade de estar sancionando a lei junto ao Conselho. Colocou aos presentes que antes de enviar a lei para a Câmara de Vereadores, sentou com seus assessores e tentou entender a importância dessa lei. Explanou que essa lei é fundamental para que o Município possa receber as verbas federais. Informou a reativação de vários Conselhos, inclusive o da Cultura. “No momento em que dividimos as responsabilidades, também facilita a nossa tomada de decisão. Se nós acertarmos em conjunto joia para todo mundo. Agora, se dermos as condições para que os fazedores de cultura tome as melhores decisões que não andem bem, aí divido as responsabilidades. Seria egoísmo de nossa parte não enviar esse projeto a Câmara de Vereadores. Enviamos porque entendemos que é importante, fica um marco.”, frisou. Continuando, disse que esse é um ponta pé importante, porém haverá muitos desafios pela frente. Mas, com serenidade, resiliência, ouvindo a participação de todos, debatendo, enfrentaremos juntos as divergências. Se colocou a disposição para quaisquer eventualidades e debates para que se possa fixar um legado importante para o Município. Informou a compra de um carro para a Secretaria de Cultura. Um avanço para que o setor possa dar andamento aos trabalhos. O Prefeito sancionou a lei e parabenizou a todos por mais esta conquista. Nandi agradeceu aos Vereadores presentes Odivaldo Bonetti e Ademir Bonomi pela aprovação da lei do Conselho. Passou a palavra aos Vereadores. Odivaldo cumprimentou a todos, disse que participou da Conferência e vem acompanhando toda essa luta. Ouvindo as demandas erramos menos, falou. Temos um Conselho que nos orienta e o Plano de Cultura é importantíssimo. Estamos em boas mãos. “Temos que colocar pessoas que entende de Cultura, não adianta preencher com cargo político determinada situação”. Parabenizou a todos. Ademir Bonomi cumprimentou a todos e parabenizou o conselho. Disse que está a disposição para apoiar no que for preciso. A Presidente apresentou os Conselheiros atuantes e relatou as faltas constantes principalmente do setor público. Falou um pouco sobre a importância do Conselho, a sua criação e o seu papel e dentro da sociedade. Colocou que a partir desta lei temos um prazo de 90 (noventa) dias para chamar um novo Fórum e, a partir daí, sairá um novo Conselho, com cadeiras divididas por setoriais. Aproveitou que tinha três representantes do Legislativo presentes e expôs as faltas constantes destes. Frisou a importância dessa representatividade nas reuniões para que o mesmo leve as demandas aos demais edis. “Assim, evitamos situações com desgastes desnecessários. Estamos aqui para contribuir e para conversar”. Dando continuidade a Presidente colocou alguns pontos: 1º Ponto: O Conselho não é contra o Projeto de Lei Nº 06-2024 que isenta a instituições filantrópicas em festas e eventos. O Conselho apenas sentiu falta de discutir e entender um pouco mais sobre o assunto pois o mesmo estava tramitando na Câmara de Vereadores e ninguém estava sabendo. O CMPCU compreende as cobranças por parte da Gestão Municipal em Festas/Eventos como abusivas. Vanessa fez alguns questionamentos para que todos pudessem entender a situação atual do parque. 2º Ponto: O CMPCU é a favor do Patrimônio Cultural de Urussanga, mas há algumas irregularidades conforme seguem: 1 - Concessões de entidades vencidas; 2 - Inexistência de órgão gestor e normativa de uso; 3 - Centro Cultural Fechado. Sem oficina de artes e infraestrutura insalubre; 4 - San Genaro inoperante, em eterna reforma, sem uma finalidade definido; 5 - Vertente no anfiteatro; 6 - Falta parque infantil, área de piquenique, quiosques etc para uso da população; 7 - Falta de manejo da vegetação e manutenção do paisagismo; 8 - Área interna usada como depósito de entulhos pela Gestão Pública; 9 - Área interna usada para acolher cães abandonados que ficam soltos; 10 - Dezenas de sedes de entidades ociosas, que são usadas apenas nas festas/eventos. Essa equação não está boa em termos de Patrimônio. Nosso trabalho é voluntário, não ganhamos nada para fazer isto. Estamos aqui porque queremos contribuir com a cidade. “A cultura além de ser a nossa identidade é a nossa alma, a alma de um povo. Quando vemos que nosso patrimônio está degringolando significa que estamos degringolando junto. Se nosso patrimônio está indo bem, também estaremos indo bem. Nosso patrimônio cultural, tanto material quanto imaterial”, pontuou a Presidente. Continuando, Vanessa deixou claro que o Conselho não quer tomar conta do dinheiro da cultura. Quem vai dizer para onde o dinheiro vai é o Plano Municipal de Cultura, mas o Conselho vai estar ali sim nas decisões, na fiscalização do uso desse dinheiro. Informou sobre a Consulta pública da PNAB que foi feita em maio de 2024, onde a população elencou quais equipamentos eram mais importantes para o Município de Urussanga. Todos ficaram dentro do parque, 35,6% espaços para oficinas culturais, 32,2 % Centro Cultural e 20,3% o parque Municipal. Expôs também, que no edital de fomento a cultura, ficou 41% da verba para equipamento cultural ou área externa do complexo cultural do Parque Municipal, totalizando R$ 65.518,20 (sessenta e cinco mil, quinhentos e dezoito reais e vinte centavos), ou seja, 4 projetos serão para o parque. Isto mostra o quanto o Conselho está preocupado e trabalhando em prol do Município. Fazem mais de 2 anos que estamos batalhando pelo parque. Dando continuidade a Presidente entrou na discussão do Projeto de Lei 06-2024, dizendo que é uma medida positiva para a cidade, porém não ficou claro alguns pontos: Quem esta lei vai contemplar? Pela lei o que é uma entidade filantrópica? Isto nós temos que ter claro. Qual a diferença entre uma entidade filantrópica e uma entidade beneficente? O que diferencia? Quantas pessoas vão ser beneficiadas? Para ser considerada filantrópicas quais documentos essas entidades irão apresentar? É utilidade pública? É o CEBAS? Vai ter que ter um portfólio de comprovação de suas atividades culturais no Município nos últimos cinco anos? Além destes há outros pontos que a Presidente explanou: Com quem foi discutido esse Projeto de Lei? Quem serão os beneficiários? Foi feito algum levantamento de impacto de renúncia de receita? O PL resolve o problema do Patrimônio? O PL resolve o problema da cobrança abusiva para as entidades? São apenas três entidades beneficiadas? E as demais, vão continuar pagando? Elas vão pagar a mais para poder cobrir o que será isentado? Isto deveria estar escrito e combinado. Talvez no texto da lei. Quais são os requisitos para serem filantrópicas? Quem sabe as beneficentes poderiam ter uma isenção menor? Quem sabe 50% do valor. Temos que falar de empreendedorismo, de economia criativa. E os fazedores de cultura onde estão? Por que eles nunca são convidados para as festas? Isso gera também receita. Gera emprego. Temos muitos fazedores de cultura em Urussanga. Onde eles entram? Onde estão sendo incentivados para produzir cultura no nosso Município e levar para frente o nosso patrimônio? Pontuou a Presidente. Continuando, abriu para a discussão com os Vereadores proponentes do PL e as entidades presentes. Iniciou a discussão o Vereador e proponente Odivaldo Bonetti, deixou claro que ele e o Vereador Ademir pretendiam corrigir um problema que teve na última Festa do Vinho, em que nas vésperas da eleição foi cobrado um valor inaceitável. A ideia foi ajudar as entidades como APAE, Paraíso da Criança e Hospital que fazem um trabalho voluntário. Aqueles que a Prefeitura cobra um valor exorbitante e eles não tem dinheiro em caixa para cobrir as custas. Esse era um problema que estamos tentando ajeitar. “Nossa intensão foi a melhor possível”. Deixou claro que estão abertos a ideias. Solicitaram que o PL seja aprovado e futuramente se revoga caso for necessário. Ana Paula perguntou as entidades presentes quais eram filantrópicas. Magali Bonetti explicou em relação ao Hospital, o mesmo é certificado pelo CEBAS. Anualmente o Hospital comprova ao CEBAS que atende as entidades ligadas na área da saúde um atendimento de pelo menos 60% exclusivamente SUS. Hoje, o Hospital atende 86% SUS. Com isto o governo federal concede essa certificação. Disse que entendeu o que os proponentes quiseram dizer no PL, talvez derivar que as entidades a comprovar perante a algum órgão o caráter filantrópico. Magali perguntou se tem alguém ou algum órgão que fiscaliza essas entidades para saber esses critérios. As demais entidades presentes não têm o CEBAS. Adroaldo se posicionou dizendo que o Coral é de utilidade pública. Acha louvável a iniciativa dos Vereadores, porém entende que o PL está isolado disto tudo. Precisamos amarrar tudo isto. Bonetinho disse que entende a colocação da Presidente e do Conselheiro, porém gostaria que entendessem que é importante essa aprovação. Entende também e acha necessário discutir o Plano Diretor de Cultura, estabelecer metas, diretrizes e fazer tudo adequado do parque, não tem dúvidas nenhuma. Continuando Adroaldo questionou o edil do porquê da pressa se nem vai ter festa este ano. Quem sabe acelerar uma discussão com as entidades e os Vereadores. Odivaldo disse que é mais a favor de votar e depois reformular. Sergio concordou com Adroaldo e acha louvável a iniciativa do legislativo. “Precisava e se criou um problema. Na realidade essa cobrança das entidades é tradicional nas festas, mas dentro de uma realidade plausível. O que aconteceu na última festa foi que se criou uma comissão Xixo e se criou um poder paralelo da Comissão Central atropelando e simplesmente foi imposto. Totalmente fora da realidade”. Deu exemplo da Rádio Marconi, que trabalhou seis meses antes da Festa do Vinho. Divulgou mais de uma hora diária de programação e depois veio um boleto de R$ 11.000,00 (onze mil reais) para pagar. Um absurdo cobrar da imprensa. Ela está aí para divulgar ou acham que a divulgação não custa nada. Isto tudo tem que ter um grupo de pessoas pensantes para realmente fazer que seja bom para todos. Adroaldo questionou os proponentes sobre a votação da lei dizendo que é trabalho desnecessário, até porque o Conselho está trabalhando para que o CPF da cultura esteja dentro do que preconiza o MINC. Não faz sentido votar, sancionar e lá na frente revogar. Não vê a necessidade de todo esse trabalho se está em andamento o Plano Diretor do Parque. Marlene deu a sua contribuição, dizendo que falou com o Vereador Bonetinho sobre o Projeto dias atrás e o mesmo levou pelo lado político. Marlene deixou claro que não tem oposição e nem contradição em relação ao Projeto de Lei. O que queremos saber é o que essa lei atinge em termos orçamentários. Será que são só essas três entidades mesmo? Será que vamos adotar o CEBAS? Será que vamos ter como certificado de filantropia, alguma coisa plus que o Governo Federal não tem regulamentado pelo CEBAS? Pode ser que adotemos um urussanguense também. Quero saber quantas entidades serão afetadas? Isso é importante saber financeiramente o que isto significa. E eu só posso ter isto se eu souber quanto vai custar a manutenção do parque municipal para ter as atividades, não só as festas. O que está faltando no parque? Sem um Plano Diretor não se consegue saber o que está precisando no parque. Marlene solicitou dos edis que a lei seja clara dizendo quais as entidades que irão usufruir e se essas instituições vão dar alguma contrapartida para manutenção do parque. Não é porque o Hospital é filantrópico que ele não deva se preocupar com a manutenção do parque. Aquilo lá é o nosso patrimônio. Na sua opinião deve ser feita uma discussão em cima dessas propostas de lei. Marlene perguntou se alguma entidade que estiver presente gostaria de se manifestar. Sergio acha melhor ouvir todas as entidades para se ter uma análise. Ana Paula acha plausível as colocações, porém existem outras entidades que gostariam de participar. Por isto a necessidade de um planejamento. A ideia do Conselho é perguntar para a sociedade que é a proprietária do Parque Municipal. Bonetinho colocou que o problema é macro e se começar a discutir vai longe. Disse ser mais prático. As políticas públicas da cultura e não da entidade que vai pagar. Tem que votar e depois se faz a discussão. Vanessa fez a pergunta ao Vereador. Quais são os critérios para a filantropia? Odivaldo disse que seria o CEBAS para quem tem e quem tem outro tipo de documentação, apresenta outro. Henrique disse não ser contra a isenção. Acha valida a ideia dos edis, até porque as festas no parque só acontecem em virtude de as associações que estão no parque é que fazem a festa. Elas têm a importância pelas festas que ocorrem e a cobrança em cima disto é descabida. Elas estão prestando serviço para a festa de estar acontecendo. É como se fosse uma pessoa contratada para estar trabalhando ali. Então porque a Prefeitura vai cobrar de uma entidade que está trabalhando para festa? Disse que a sua classe é a mais prejudicada de todas, que é a classe dos agricultores. Por eles não estarem em associações organizativas, eles não vão estar disponíveis para esse tipo de isenção. Então teremos que inventar dispositivos legais novos para esse tipo de isenção para eles poderem participar das festas. Esse é um ponto. Outro ponto é em relação a manutenção do parque e a legalização das entidades dentro do parque. Devemos acelerar o processo para que na próxima “Festa do Vinho” isto esteja normalizado. Senão vamos cair num imbróglio jurídico que deu esta festa. Na sua opinião a lei é importante, porém devem colocar alguns critérios em Decreto, porque a lei não está clara do que vai precisar. Adroaldo deu a ideia de trocar o critério de filantropia para utilidade pública. Assim, vão beneficiar outras entidades que trabalham nas festas. Odivaldo disse que faz um ano que estão discutindo isto com a assessoria jurídica. E agora que conseguiram, acontece isto. Solicitou que o Conselho faça um texto e encaminhe para a Câmara. Adroaldo deixou claro que isto não vai ser ruim para a imagem do Vereador. Odivaldo disse que não está pensando na sua imagem e sim cumprir o compromisso que ele foi na rádio dizer que ia fazer. Adroaldo colocou que para isto existem os microfones da rádio para explicar que as discussões estão sendo amplas. Odivaldo explicou que o que quiseram fazer foi critérios para não onerar muito e prestigiar quem faz filantropia. Vanessa deu a sugestão de fazer para quem tem o CEBAS de filantropia. As demais entidades que são beneficentes e que tem utilidade pública, comprova atuação cultural nos últimos cinco anos no Município, fazer uma isenção de 50%. Vanessa também perguntou sobre os fazedores de cultura como ficam. Sergio perguntou sobre qual valor serão isentados dos 50%? ......representante do Clube dos Treze acha que primeiramente deve se ter um modelo de festa do vinho. Cada administração que entra muda o modelo, faz uma comissão três meses antes da festa. A administração deve ter o cuidado de montar essas comissões de festas com antecedência para não ter surpresas desagradáveis como tivemos na última festa. Vanessa informou que essa é a ideia. Discutir com a Sociedade Civil e criar o Plano Diretor do Parque. Odivaldo concordou com Vanessa, dizendo que tem que estruturar a secretaria de cultura. A estrutura do parque tem que funcionar. Maria Alice empolgada falou que hoje aconteceu dois marcos: assinatura e sanção do Prefeito e esse momento da discussão sobre o Projeto de Lei. Isto é importante, é cultura, faz parte da nossa cidade. Disse que tem medo que a cultura vire demanda do turismo. Isso é prejudicial. Vanessa expôs que se precisa resolver essas questões com urgência. As concessões estão vencidas. Odivaldo ficou de colocar na ordem do dia assim que se fizer as discussões. Informou que vão ficar aguardando o texto para seguir adiante. Vanessa ficou de discutir com as Câmaras técnicas e depois passará ao legislativo. Ficou definido 21 dias entre as discussões e a data de entrega. Vanessa solicitou que fosse colocado no grupo das entidades essa discussão. Sergio aproveitou a presença dos Vereadores para expor que o Conselho é muito importante, porém não vê uma política de seriedade da Câmara. Explicou que dentro de um Conselho que não tem nem dois anos, a Câmara Municipal já teve de representante que o Zé Bis que nunca vinha e foi substituído pelo Fabiano. Fabiano também não participava das reuniões foi substituído pelo Luan, que também não vem. Agora indicaram o Caio De Noni. Acredito que a Câmara não está lidando esse assunto com a devida seriedade que deve ser encarada. Acho que tem que ter uma consideração melhor com o Conselho em relação a representatividade da Câmara em relação ao Conselho. “Não é uma boa política senhores Vereadores em relação a cultura”. Odivaldo disse que o funcionamento correto é o representante vir aqui discutir para depois passar para os Vereadores. Vanessa concordou com Sergio, pois se tivesse um representante da Câmara nas reuniões, teria sido evitado muita coisa. A Presidente passou a palavra para a Diretora de Cultura Maria Alice. Maria Alice agradeceu a oportunidade e apresentou as demandas do Ofício 014-2023 e as do parque em si. Apresentou através de fotos toda a limpeza que foi feita no parque. Deixou claro que sem a ajuda do setor de Infraestrutura nada disto seria possível. Com toda essa limpeza o parque ficou melhor para um acolhimento e segurança ao público. Estão vendo toda parte de iluminação, bancos, troca de lâmpadas e outros itens para deixar o parque pronto para os visitantes. Em relação um parquinho já está praticamente pronto para uso e o outro que fica perto da AMODAMAS, já entraram em contato com a empresa para os devidos ajustes. Segundo Alice a empresa já entrou em contato e logo o mesmo estará pronto para uso. Em relação as placas de orientação já estão sendo providenciadas. As bocas de lobos estão sendo desentupidas. O Museu já está funcionando. Foi contratada uma estagiária para atendimento e as lâmpadas foram trocadas. Com esses ajustes o Museu está apto para receber as visitas. As árvores estão sendo podadas e as que estão em estado de degradação ou perigo estão sendo cortadas. O córrego está sendo limpo. Junto com o setor do meio ambiente, o parque será sendo reflorestado e gramado. Troncos das árvores cortadas ou caídas estão sendo reaproveitados para serem feitos bancos e mesas. Henrique cobrou de Maria Alice em relação aos barrancos que foram feitos e não arrumados. Maria Alice informou que isto já está sendo providenciado. Sergio enfatizou que nos lugares específicos como na frente do San Gennaro, na frente da Rádio e na frente do Centro Cultural, não é só arrumar os barrancos, a encosta faz parte do projeto original. Pediu respeito ao arquiteto Manoel Coelho. Maria Alice prometeu que será feito exatamente como manda o projeto original do Parque. Continuando expôs em relação a fossa, já estão providenciando. Henrique informou que onde está a fossa, não é apenas uma fossa comum. Existe uma drenagem natural de todo aquele morro que foi feito um corte, que é onde fica o anfiteatro. Toda água dessa bacia hidrográfica, escoa ali e sempre vai ter problema. Tem que fazer é um sistema de drenagem lá nas terras. Tem que fazer um corte no meio do anfiteatro. Tem que chamar o pessoal do Meio Ambiente para resolver. Adroaldo aproveitou para solicitar a retirada das bandeiras e pinturas nos postes do Parque. Justificou sua solicitação dizendo que essas coisas acabam sendo uma poluição visual e descaracteriza a beleza do Parque. Maria Alice concordou com Adroaldo e ficou de ver com o pessoal da Secretaria para despoluir. Maria Alice lembrou que a Comissão anterior autorizou a destruição de parte de algumas edificações. Sergio expôs que a Comissão destruiu para colocar mais entidades interessadas em pontos de vendas. “O negócio deles é ter mais dinheiro”, colocou indignado. Maria Alice colocou que ela e o Secretário Eriqui, pretendem colocar a casa em ordem. Comentou que receberam a visita de um arqueólogo que relatou sobre a origem de artefatos que estavam jogadas e abandonadas no Parque. Hoje, as rochas terão um lugar específico e serão catalogadas. Maria Alice empolgadíssima mostrou a foto do carro que foi adquirido para a Secretaria de Cultura e agora estão apenas aguardando o protocolo de registro e emplacamento. Logo será adesivado com a logo da Secretaria da Cultura, Esportes e Turismo. Colocou também, que o LIONS Clube fez uma reforma na sede e não recolheu os entulhos. Com isto informou que estão sendo encaminhando um documento as entidades para que deixem suas sedes limpas e organizadas. Mostrou através das fotos a limpeza do portal de entrada da cidade e que serão colocadas lâmpadas para deixar o lugar mais iluminado. Isto dá um respeito a quem passa pela cidade. Foi cobrado em relação ao parreiral. Henrique explicou que o manejo dele é muito difícil em virtude de o mesmo não evoluir. Segundo Henrique o parreiral precisa de espaço e quando foi feito o canteiro para plantar, fizeram em cima do asfalto. Com isto a planta ficou sem muito espaço para reproduzir. Precisaria arrancar o asfalto, colocar mais terra para deixar as suas raízes livres. Sergio informou que o Rotary Clube assumiu a manutenção do mini parreiral da uva Goethe. Maria Alice solicitou do Conselheiro Sergio um documento que oficialize esse feito. Informou também, que tudo o que for feito dentro do parque a Secretaria de Cultura deverá ser comunicada através de documentação. Essa decisão foi tomada em virtude de a Secretaria tomar conhecimento de algumas obras sem ser comunicada. Henrique solicitou uma limpeza no Parque com agrotóxicos não tanto prejudiciais (tipo Roundup) e que isole o parque por três dias. Com isto iria facilitar e muito o manejo da Secretaria e economia horas e horas de mãos de obra. Maria Alice aproveitou para falar sobre a questão dos portões, para que os mesmos fiquem fechados a noite. Falou também, em relação a contratação de um guarda para que faça pelo menos 6 horas. Principalmente à noite, em virtude do acontecimento das oficinas. Marlene pediu um aparte e deu a ideia de ser convidado pelo menos um representante de cada associação para discutir esses pormenores. É importante para o Parque e para a administração também. Maria Alice achou a ideia boa e vai ver o que possa ser feito. Em relação ao San Gennaro, já foi feita uma limpeza e a empresa será autuada. A ideia é fazer do San Gennaro um local para eventos culturais enquanto não for feito o Plano Diretor do Parque. A Diretora disse que uma coisa que é necessária são os sistemas atualizados. E todos estão atualizados. Comunicou que o Prefeito vai contratar um Museólogo. Falou em relação a divulgação dos eventos que precisa ser reorganizado. As oficinas de artes tão esperada, iniciará na próxima semana. Agora, com o carro fica mais fácil ir nas Escolas divulgar. Das 11 (onze) vagas apenas 6 (seis) se inscreveram. Tudo foi feito dentro do que o Ministério Público determinou. A Diretora repassou a vinda da Consul à Urussanga no dia 13 de julho no período matutino e convidou todos os presentes para participar. Falou sobre a preocupação em relação aos cachorros soltos no Parque. Maria Alice solicitou do Conselho um documento falando sobre a questão dos animais soltos e comunicar que aquele local é de uso cultural. Henrique solicitou a Diretora que se faça placas para que donos de animais que vão passear no parque com seus animais que sejam com guias. Animais soltos é proibido. E que seus donos recolhem as fezes dos seus animais. Falou das dificuldades que o Samuel encontrou juntamente com o responsável da TI da Prefeitura para que o link da cultura fosse inserido no site da Prefeitura. Edna comunicou que a ACOBRIDA já está inscrita na Cultura Viva e que o projeto “Férias Coloniais na ACOBRIDA”, será apresentado no dia 20 julho. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, a ata lavrada por Rita Padoin e assinada por todos os presentes, cuja lista encontra-se em anexo.